

O Pori
Revista 2
07/04/91

Nosso Patrimônio Histórico

28

O Marco de Touros

Jeanne Fonseca Leite Nesi(*)

Segundo a tese defendida pelo insigne historiador Luís da Câmara Cascudo, o MARCO DE TOUROS é o mais antigo padrão colonial do Brasil. O Marco foi chantado em território potiguar, pela expedição exploradora de Gaspar de Lemos, em agosto de 1501. Gaspar de Lemos era aquele comandante que, em maio de 1500, levava ao rei de Portugal a notícia do descobrimento da Terra de Vera Cruz (hoje, Brasil)...

Com uma base quadrangular e feito de pedra-líoz (calcáreo metamórfico, pedra branca), que era usada na confecção dos padrões coloniais, aquele marco quinhentista mede, aproximadamente, 1,62m de altura, 25cm de espessura e 32,5cm de largura. Nele não figuram inscrições ou datas. Ostenta no seu terço superior, apenas em uma das faces, o relevo da Cruz da Ordem de Cristo. Abaixo desta vê-se, também em relevo, a representação das armas do rei de Portugal, D. Manuel: cinco escudetes em cruz, com cinco besantes, postos em santor, sem a bordadura dos castelos.

O marco é, tipicamente, um índice oficial de domínio, atestatório de posse, diferente dos marcos utilizados como divisas, que geralmente apresentam datas e letreiros de identificação. Segundo Câmara Cascudo, a Cruz de Cristo significava que "as terras conquistadas pertenceriam ao Rei para a difusão da fé".

Data de 1875 a primeira descrição do Marco de Touros, constante do livro "Datas Célebres e Factos Notáveis", do historiador pernambucano José de Vasconcelos: "É uma pedra quadrangular, da qualidade que chamam vulgarmente mármore de Lisboa, onde a importamos em obras de diversas espécies, alvíssima e de fina grã". Essa descrição foi posteriormente transcrita na Revista do Instituto Histó-

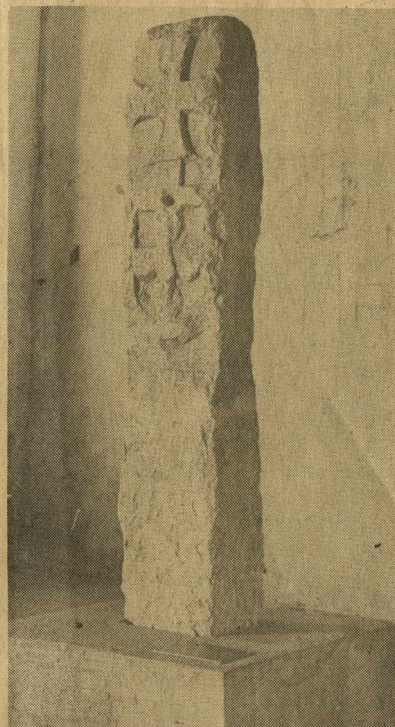
co Brasileiro (Tomo LIII, 2ª. parte, p.499, Rio de Janeiro, 1890).

A pedra fora removida do seu primitivo local de chantadura, um cômodo de areia, por iniciativa de Félix Batista, morador na Praia dos Marcos. Por ocasião da transferência do Marco, as duas pedras chamadas "tenentes" ou "testemunhas", que se encontravam ao lado do monumento, foram deixadas no local primitivo. Um fragmento de uma das pedras menores foi levado por José de Vasconcelos, que o presenteou ao Instituto Arqueológico Pernambucano.

O conselheiro Tristão de Alencar Araripe, na sessão de 10.10.1890, do Instituto Histórico Brasileiro, anunciou a existência do Marco e propôs a sua remoção para as coleções do referido Instituto.

Em 27 de agosto de 1928, os historiadores Luís da Câmara Cascudo e Nestor dos Santos Lima, em nome do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, viajaram ao município de Touros, a fim de ali conhecerem e identificarem o Marco, que se achava localizado na Praia dos Marcos. O monumento foi encontrado à distância de 200 ou 300 metros do local de sua primitiva chantadura. O padrão de 1501 encontrava-se na posição geográfica representada pelas seguintes coordenadas: 35° 48' 30" de longitude oeste de Greenwich e 5° 04' de latitude sul.

Os visitantes encontraram o Marco, todo ele envolto em fitas votivas, flores secas, rosários e terços... Os supersticiosos moradores da praia acreditavam tratar-se o Marco de uma "pedra santa"... Alguns deles supunham que o monumento indicava o local onde seria encontrado um tesouro, enterrado pelos holandeses à época em que eles senhorearam o Nordeste... Um habitante local chegou mesmo a perfurar a pedra marmórea, com a intenção de verificar o que de precioso



conteria a vetusta coluna...

Em junho de 1955, o então governador do Estado, Sylvio Piza Pedrosa, pensou em trazer o Marco para a sede do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Em companhia de Câmara Cascudo, autor da identificação histórica do monumento, seguiu o governador para o local onde se encontrava o Marco, então nos limites litorâneos dos municípios de Touros e Baixa Verde (hoje, os limites de Touros e Pedra Grande).

Por ocasião da visita do governador e de Cascudo, os moradores da Praia dos Marcos providenciavam a ereção de uma capela, destinada a abrigar o Marco.

Em janeiro de 1962, uma outra viagem de inspeção foi realizada, desta vez pelo representante local do Patrimônio Histórico e Artístico, Oswaldo de Souza, que encontrou o Marco guardado na tosca capeli-

nha, construída pelos moradores locais.

Oswaldo de Souza assim descreveu o achado: "Detrás de uma pequena elevação do terreno, aos fundos da ermida, estendia-se um descampado, alagadiço na época chuvosa, permanente foco de esquistossomose. Para o lado do poente, avolumava-se as dunas, numa paisagem saariana, terminando na base dos morros situados a uns cinco quilômetros da praia, em cujo topo estão os arraiais de Morros e Cauã. O forasteiro que passasse por aquelas praias, jamais poderia supor que, no interior daquela rústica ermida, estava o padrão de posse mais antigo em todo o território brasileiro".

Oswaldo de Souza verificou o fanatismo da população, em relação ao "Santo Cruzeiro", como era conhecido o Marco. Os moradores chegavam ao absurdo de retirar lascas da pedra, para o preparo de um chá com "poderes milagrosos"...

Com o objetivo de salvar o Marco daquela obsessão religiosa, o historiador iniciou uma luta em prol da preservação daquele pedrão quinhentista. Em 1962, foi o Marco considerado Monumento Nacional, sendo tombado pela SPHAN. Em 1976, foi ele trasladado para a Fortaleza dos Reis Magos, em Natal, onde se encontra até os dias atuais.

FONTES: "Conclusões da Viagem que fez Luís da Câmara Cascudo às Terras de Touros", in Rev. do Inst. Hist. e Geogr. do R.G. Norte, vols. XXVII e XXVIII, 1930-31; "Dois Ensaios de História", de Luís da Câmara Cascudo, edição da Imprensa Universitária, Natal, 1965; "Acervo do Patrimônio Histórico e Artístico do Rio Grande do Norte", Fund. J. Augusto, Natal, 1981.

*Arquiteta da Coordenadoria de Atividades do Patrimônio Histórico e Artístico da Fundação José Augusto